FPA lança especial sobre a Política Nacional de Participação Social



Do site da FPA

Recém-instituída por meio do Decreto Presidencial nº 8.243, a Política Nacional de Participação Social tem o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, levando-se em conta anseios dos movimentos sociais e as possibilidades abertas pelas novas tecnologias.

A Constituição Federal de 1988 garantiu que a participação popular não se desse tão somente pela via do voto, ou de referendos, plebiscitos e iniciativas legislativas populares. Foram instituídos diversos mecanismos e formas de participação social como conselhos, conferências, ouvidorias, processos de participação no ciclo de planejamento e orçamento público, audiências e consultas públicas, mesas de diálogo e negociação, entre outros.

Entre 2003 e 2012, mais de 7 milhões de cidadãos brasileiros participaram de 87 conferências nacionais, abrangendo 40 áreas setoriais. No âmbito do governo federal, existem mais de 120 conselhos, dos quais cerca de 40 têm na sua composição expressiva presença de representantes da sociedade civil, consolidando os espaços de diálogo e controle social.

Constituição de 1988

A Política Nacional de Participação Social, portanto, veio apenas oficializar as práticas já previstas em nossa Constituição e que têm trazido a sociedade para os debates e para decidir sobre os temas que lhe dizem respeito. Durante a assinatura do decreto, em maio, a presidenta Dilma Rousseff falou da importância da participação social para o avanço nas mudanças que o País precisa.

“Todos acreditamos que é chegada a hora do Brasil ter arcabouço institucional e político que corresponda aos avanços que tivemos nas lutas sociais, na afirmação da democracia no nosso país, que corresponda às exigências da sociedade e que os governos têm de ter práticas transparentes, que contemplem o uso adequado e absolutamente honesto do dinheiro público. Quero dizer que sem participação social não há reforma

política”, afirmou a presidenta.

Dada a importância da iniciativa, e em apoio à PNPS, a Fundação Perseu Abramo criou um especial para reunir ideias, dirimir dúvidas e rebater críticas. Acompanhe aqui no blogue ou direto na página (http://blogoosfero.cc/fpabramo/participacao-social) notícias e artigos de especialistas e colaboradores sobre o tema.

Compartilhe nas redes: